COMUNICAÇÃO

(integra a ata da 34ª sessão extraordinária do Plenário do Supremo Tribunal Federal, realizada em 14 de novembro de 2024 - DJe de 2 de dezembro de 2024)

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (PRESIDENTE):

Senhoras e senhores, eu abro esta sessão com uma fala institucional que eu preferiria muito não ter que fazer.

Apesar de ainda estarmos no calor dos acontecimentos e no curso das apurações, nós precisamos, como país e como sociedade, fazer uma reflexão profunda sobre o que está acontecendo entre nós. Onde foi que nós perdemos a luz da nossa alma afetuosa, alegre e fraterna para a escuridão do ódio, da agressividade e da violência? Estamos importando mercadorias espiritualmente defeituosas de outros países que se desencontraram na história.

O fato ocorrido por volta das 19h30 de quarta-feira, dia 13 de novembro de 2024: um homem, que já foi identificado, aproximou-se, com uma mochila e um extintor de incêndio, da estátua da Justiça, em frente ao Supremo Tribunal Federal, e jogou um pano na estátua. Diante da movimentação, um segurança do tribunal se aproximou para a abordagem. As imagens das câmeras de vigilância mostraram o momento em que o suspeito deixa a mochila no chão e recua, e mais agentes começam a se aproximar. O homem atirou, então, o primeiro artefato em direção à estátua, e ele não explodiu. Os agentes corajosamente começaram a cercá-lo. Ele arremessou um segundo artefato, que caiu mais perto da marquise do Tribunal e causou uma explosão. A equipe de segurança conseguiu evitar que o homem se aproximasse do Tribunal.

Diante do cerco, essa pessoa acendeu mais um artefato, deitou-se sobre ele, e houve uma segunda explosão, causando-lhe morte imediata.

Depois disso, a Polícia Judicial fez o primeiro isolamento do local. Na sequência, a Polícia Militar e a Polícia Federal assumiram os trabalhos em parceria com a nossa equipe de segurança para averiguar outros artefatos que estavam na roupa do homem, na mochila e os que ele havia arremessado. Os trabalhos duraram toda a madrugada e o corpo foi retirado às 9h da manhã desta quinta.

Em uma coletiva de imprensa concedida no fim da manhã de hoje, o diretor-geral da Polícia Federal, André Rodrigues, informou que o autor do atentado mantinha um grande número de explosivos na casa alugada por ele em Ceilândia, que foi alvo de operação policial. Uma gaveta, que, felizmente, foi aberta por um robô antibombas, gerou uma grande explosão. Ninguém se feriu, mas o episódio mostra o nível de periculosidade das pessoas com as quais estamos lidando.

Aqui eu queria, muito especialmente, cumprimentar os agentes de segurança e da Polícia Judicial do Supremo Tribunal Federal pela atuação correta e corajosa, bem como a Polícia Federal e a Polícia do Distrito Federal pela presteza e empenho com que trataram do assunto.

Esse episódio de ontem se soma ao que já vinha ocorrendo no país nos últimos anos. Em fevereiro de 2021, um deputado divulgou um vídeo com discurso de ódio, ofensas e ameaças aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, num grau inimaginável de grosseria e incivilidade. Em outubro de 2022, um parlamentar notório por esquemas variados desrespeita

ordem do Supremo Tribunal Federal e ataca os policiais federais com fuzis e granadas. Disse que fazia isso em nome da liberdade. Em outubro de 2022, uma parlamentar persegue, de arma em punho, um cidadão que havia se manifestado criticamente, em tom, aliás, muito menos grave do que aquele a que todos nós vínhamos sendo submetidos.

Ao longo dos meses de novembro e dezembro, após bloqueio de estradas, milhares de pessoas acamparam nas portas de quartéis por todo o país, pedindo desrespeito ao resultado das eleições e golpe de Estado, muitos deles insuflados pela afirmação criminosamente mentirosa de que teria havido fraude nas eleições.

No dia 8 de janeiro de 2023, milhares de pessoas, mancomunadas via redes sociais e com a grave cumplicidade de autoridades, invadiram e depredaram a sede dos Três Poderes da República. Relativamente a esse último episódio, algumas pessoas foram da indignação à pena, procurando naturalizar o absurdo. Não veem que dão um incentivo para que o mesmo tipo de comportamento ocorra outras vezes. Querem perdoar sem antes sequer condenar.

A gravidade do atentado de ontem nos alerta para a preocupante realidade que persiste no Brasil, a ideia de aplacar e de deslegitimar a democracia e suas instituições, em uma perspectiva autoritária e não pluralista de exercício do poder, inspirada pela intolerância, pela violência e pela desinformação. Reforça também e sobretudo a necessidade de responsabilização de todos os que atentem contra a democracia.

Cabe a pergunta: onde foi que nós nos perdemos nesse mundo de ódio, intolerância e golpismo? Por que subitamente se extraiu o pior das pessoas?

Pessoas com visões diversas podem ter respostas diferentes para esse fato, para essa pergunta. Porém, mais do que procurar os inspiradores dessa mudança na alma nacional, o que nós precisamos é fazer o caminho de volta. De volta à civilidade e ao respeito mútuo. Superar essa crença primitiva de que quem pensa diferente de mim só pode ser um cretino completo a serviço de alguma causa escusa.

A vida não deve ser vivida assim. A sociedade brasileira é plural, o Supremo Tribunal Federal é plural. Aqui estão pessoas que pensam de modo diferente acerca de muitos temas, mas nós nos tratamos com respeito e consideração e estamos todos irmanados nos valores que nos unem como nação e que se encontram na Constituição. E, por evidente, a não violência é um deles.

A democracia, como sempre digo, tem lugar para conservadores, liberais e progressistas. Somos todos livres e iguais. Só não há lugar para quem não respeita as regras da própria democracia, para quem não respeita os direitos fundamentais dos outros, para quem pensa que a violência é uma estratégia de ação. Uma causa que precisa de ódio, de mentira e de violência não pode ser uma causa boa.

Repito, ninguém tem o monopólio da verdade, ninguém tem o monopólio da virtude, nem tampouco do amor ao Brasil.

Amanhã nós celebramos a Proclamação da República. É uma boa hora de renovarmos nossos votos e nossas crenças nos valores republicanos. É uma boa hora para um novo recomeço. Cada um pensando de acordo com suas convicções, mas

sem desqualificar ou agredir quem pensa diferente. Uma pequena revolução ética e espiritual é o que estamos precisando.

O Supremo Tribunal Federal, com sua função constitucional de guardião da Constituição, continuará a simbolizar os ideais democráticos do povo brasileiro e a luta permanente pela preservação da liberdade, da igualdade e da dignidade de todas as pessoas.

O episódio de ontem será apenas mais uma cicatriz na história, uma história de superação e progressiva construção de um país melhor e maior.

Em nome do Tribunal, queria agradecer a solidariedade de todos os que assim se manifestaram e, de novo, fazer esse apelo a toda a sociedade brasileira por um novo recomeço, com civilidade e com respeito, com a capacidade de divergir, sem precisar desqualificar quem pensa de maneira diferente.

Nós estamos precisando retomar um tempo de civilidade e fazer essa pequena revolução ética e espiritual de volta a ser o que sempre fomos: um povo afetuoso, um povo alegre, um povo em que as pessoas se gostam e se tratam com respeito e consideração.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES:

Presidente.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (PRESIDENTE):

Pois não, Ministro Gilmar Mendes.

***O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES**:*

Senhor Presidente, Ministro Luís Roberto Barroso, eminente Ministra Cármen Lúcia, eminentes Ministros, Senhor Procurador-Geral da República, Senhoras e Senhores.

Como Vossa Excelência acaba de destacar, Presidente, o ocorrido na data de ontem merece a atenção de todos nós - a explosão de um carro nas proximidades da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal e a tentativa de um homem, que veio a falecer, de atingir a Corte com explosivos configuram mais um ataque às instituições democráticas de nosso país.

Em redes sociais, ao que se diz, o cidadão atacava o Supremo e difundia teorias da conspiração contra autoridades, deixando claras as suas intenções. Como Vossa Excelência acaba de fazer, a reconstrução histórica dos últimos acontecimentos nacionais demonstra que o ocorrido, na noite de ontem, infelizmente, não é um fato isolado.

Muito embora o extremismo e a intolerância tenham atingido o paroxismo em 8 de janeiro de 2023, a ideologia rasteira que inspirou a tentativa de golpe do Estado não surgiu subitamente. Pelo contrário: o discurso de ódio, o fanatismo político e a indústria de desinformação foram largamente estimulados no governo anterior. Fruto de um sectarismo infértil, o

radicalismo político grassou nas eleições de 2018 em uma campanha caracterizada pela ampla utilização das redes sociais para a difusão de ódio, ataques pessoais e fake news.

Com o encerramento das eleições e a instalação de um novo governo em 2019, essa estratégia influenciou não apenas a comunicação oficial do Palácio do Planalto, como também o discurso dos apoiadores, que radicalizaram o debate político mediante criminalização da oposição, desprezo à alteridade e ataques sistemáticos às instituições de controle que cerraram fileiras contra essas práticas, como a Justiça Eleitoral e a Suprema Corte. Símbolos e feriados nacionais foram sequestrados com objetivos eleitorais, a ponto de, em 2021, a comemoração do Sete de Setembro ter sido utilizada na realização de ameaças ao Tribunal - como lembrou, ontem, o Ministro Luiz Fux, a necessidade de enfrentamento que teve durante a sua presidência -, incitando os cidadãos ao descumprimento de decisões judiciais.

Não foram raras as manifestações públicas organizadas e fomentadas por apoiadores do ex-presidente da República para o questionamento da confiabilidade das urnas eletrônicas e da Justiça Eleitoral. Um movimento que escalonou, progressivamente, conforme as pesquisas de opinião apontavam chances concretas de vitória eleitoral do candidato de oposição.

Em todas essas manifestações, eram explícitas as alusões a propostas de fechamento do Supremo e de intervenção das Forças Armadas para a deposição do governo eleito, estampadas em faixas, em discursos e em palavras de ordem.

Nos últimos anos, foram diversos atentados contra as instituições de Estado e os valores centrais da democracia praticados pessoalmente por expoentes da extrema direita, ou por cidadãos, como o de ontem, inspirados por essas lideranças. Tais eventos deixaram marcas indeléveis na história brasileira, projetando efeitos transversais em nosso sistema político e, como Vossa Excelência acaba de dizer, num triste e lamentável retrocesso.

Rememoro, apenas para citar, em um caso recente, os graves crimes cometidos pelo ex-Deputado Federal Daniel Silveira, apurados nos autos do Inquérito 4.828. Em fevereiro 2021, o ex-parlamentar foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República pela suposta prática de crimes de coação no curso do processo, incitação de animosidade entre as Forças Armadas e os poderes constitucionais e tentativa de impedir, com emprego de violência e grave ameaça, o livre exercício das competências constitucionais do Poder Judiciário.

Na denúncia, a Procuradoria-Geral narrou que o acusado dirigiu ameaças diretas aos Membros da Corte em vídeos divulgados amplamente em suas redes sociais, nos quais dizia estar disposto a matar, morrer e ser preso. Entre as manifestações de desapreço aos poderes constitucionais, chama atenção a declaração feita em live realizada em 19 de abril de 2020, na qual o ex-deputado incitou a população a fazer um cerco e invadir os edifícios do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional para "retirar os ocupantes na base da porrada".

Sob o falso pretexto de atuação nos limites da liberdade de expressão, o presidente da República à época concedeu indulto ao condenado.

Steven Steven Levitsky e Daniel Ziblatt ensinam que os processos de erosão democrática ocorrem não raras vezes silenciosamente, sem causar alarde ou perplexidade. Segundo esses autores, em muitos lugares a erosão democrática ocorreu por mecanismos ocultos e dissimulados, muitas vezes de maneira imperceptível para a população em geral. Tais retrocessos, afirmam os autores, vicejam em ambientes de polarização extrema em que os agentes políticos abandonam o dever de tolerância mútua e o respeito pelas instituições de Estado.

Uma ressalva deve ser feita em relação ao caso brasileiro. Entre nós, as investidas contra a democracia têm ocorrido explicitamente à luz do dia, sem cerimônia, nem pudor. Condutas como as de ontem juntam-se a diversas outras já vivenciadas, como o disparo de fogos de artifício em direção ao Tribunal, evento ocorrido ainda em 2020, o desfile de tanque no Sete de Setembro, pessoas inconformadas com o resultado eleitoral acampadas em frente a Quartel General do Exército e as inúmeras manifestações com líderes políticos e cidadãos levantando faixas e pedindo intervenção militar, ou frases, Ministro Fux, como "saudades do AI nº 5". Quem poderia ter saudade de um regime que instaurou a ditadura completa e instaurou a tortura como método de ação política?

Vale ainda lembrar que, em dezembro de 2022, houve tentativa de invasão do prédio da Polícia Federal - nós não podemos perder esses elos -, portanto praticamente no dia de diplomação do candidato eleito, ou naquele dia, nós tivemos essas manifestações, invasão do prédio da Polícia Federal e que, na mesma época, uma bomba foi plantada em um caminhão que ia em direção ao aeroporto de Brasília - um caminhão tanque - portanto, é insofismável a intenção de causar gravíssimos danos.

Essas situações, antes inimagináveis, passaram, infelizmente, a compor o cotidiano da política nacional, tal tem sido a frequência dos abusos que a consciência crítica da sociedade parece ter ficado um pouco anestesiada com tamanha desordem.

Faço esse registro histórico, Presidente, porque, a meu sentir, a revisitação dos fatos que antecederam os ataques de ontem é pressuposto para a realização de um debate racional sobre a defesa de nossas instituições, sobre a regulação das redes sociais - julgamento que, como todos sabem, se avizinha - e sobre eventuais propostas de anistiar criminosos.

É essencial que o Brasil e suas lideranças façam um apelo à memória, travando verdadeira luta contra o esquecimento.

Por fim, registro que o Supremo segue firme, como Vossa Excelência acaba de afirmar, no seu propósito de defesa da Constituição Federal e das instituições democráticas, na defesa deste padrão civilizatório estabelecido constitucionalmente.

Muito obrigado.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (PRESIDENTE):

Muito obrigado, Ministro Gilmar Mendes.

Passo a palavra ao Procurador-Geral da República, Doutor Paulo Gonet Branco.

O SENHOR PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA):

Muito obrigado, Senhor Presidente. Saúdo Vossa Excelência, saúdo todos os Ministros integrantes do Tribunal, todos os presentes.

Senhor Presidente, a Procuradoria-Geral da República presta plena e sentida solidariedade ao Supremo Tribunal Federal pelo lamentável episódio da noite de ontem. Fica claro que o desrespeito às instituições continua a ter sinistros desdobramentos, demonstrando a importância do esforço que vem sendo desenvolvido pela Procuradoria-Geral e pelo Supremo Tribunal na apuração de responsabilidades e punição por atos violentos de propósito antidemocrático.

Muito obrigado.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (PRESIDENTE):

Muito obrigado, Professor Paulo Gonet Branco. Agradeço o pronunciamento de Vossa Excelência e o do Ministro Gilmar Mendes.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES:

Boa tarde, Presidente! Cumprimento Vossa Excelência, a Ministra Cármen, os Ministros, o Procurador-Geral da República, Professor Paulo Gonet.

Parabenizo, Presidente, Vossa Excelência, pelas palavras e me somo também aqui parabenizando a nossa polícia judicial, nossa corajosa e competente polícia judicial, a segurança que atuou ontem.

Também, Presidente, faço questão de parabenizar o trabalho conjunto que foi feito pela polícia federal, polícia civil do DF e polícia militar, um trabalho rápido e importantíssimo.

Não poderia deixar, Presidente, de lamentar a mediocridade de várias pessoas que continuam querendo banalizar um gravíssimo ato terrorista. Alguém que coloca na cintura artefatos para explodir pessoas é considerado um terrorista. Quero lamentar a mediocridade dessas pessoas, que, por questões ideológicas, querem banalizar, dizendo, por exemplo, que foi um mero suicídio. Não! A nossa polícia judicial evitou que ele entrasse aqui para explodir. Na hora em que ele seria preso, aí ele se explodiu. Lamento essa mediocridade que normaliza ou pretende normalizar o contínuo ataque às instituições.

Essas pessoas, Presidente, não são só negacionistas na área da saúde, são negacionistas do Estado de Direito. Devem ser responsabilizadas e serão responsabilizadas.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Boa tarde, Senhor Presidente, eminentes Colegas, Senhor Procurador-Geral da República, Advogados e Advogadas, Servidores e Servidoras, todos que nos acompanham e imprensa.

Eu também gostaria de subscrever as palavras já proferidas em relação ao trágico acontecimento de ontem e enaltecer o trabalho da nossa polícia judicial.

Tenho orgulho, Senhor Presidente, de, quando Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ter aprovado a criação da polícia judicial, transformando a nossa Assessoria de Segurança em polícia, diante de tudo que acontecia e do que hoje nos deparamos.

O SENHOR MINISTRO ANDRÉ MENDONÇA:

Presidente, saúdo Vossa Excelência, os eminentes Ministros, o Procurador-Geral da República, Advogados, Advogadas que nos acompanham, assim como os servidores da Casa.

Senhor Presidente, também reitero uma palavra introdutória que disse hoje, pela manhã, na sessão do Tribunal Superior Eleitoral. Lamento os graves fatos que ocorreram ontem e reafirmo, à luz do que também colocou Vossa Excelência, a necessidade de busca e resgate de um ambiente de solidariedade e de paz social, a partir de uma democracia que se construa com responsabilidade, onde prevaleça o debate de ideias e nada além disso. A violência não traz nenhuma possibilidade de construção e de pacificação. Não é o poder da força, mas o poder dos argumentos e das boas razões que devem nortear a prática da democracia e a liberdade em seu contexto mais amplo.

O SENHOR MINISTRO FLÁVIO DINO:

Senhor Presidente, quero homenagear Vossa Excelência e o nosso ilustre Decano Gilmar Mendes pelas palavras assentadas no início desta sessão, oportunas, necessárias, muito claras. Uma mensagem que, de fato, espero, assim como o Ministro Alexandre e o Ministro André esperam, que chegue aos lares de todos os brasileiros. Apenas, ao aderir, acentuo a importância de dois aspectos.

Primeiro, infelizmente há uma personalização de certas decisões do Tribunal que leva a ódios especialmente concentrados. Por isso, Presidente, quero consignar especialmente minha solidariedade ao Ministro Alexandre de Moraes e a sua família, uma vez que foram localizados documentos em que há um destinatário especial, uma destinação especial ao Ministro Alexandre. Faço essa alusão para, mais uma vez e sempre, reiterar o óbvio. O Ministro Alexandre de Moraes decide junto com o Colegiado. É vã a ideia de que alguém monocraticamente decide os rumos do Tribunal. Não existe essa pessoa. Isso, na verdade, entrou no rol da mitologia do discurso político no Brasil, essa lenda das "decisões monocráticas". Essa é uma lenda que criaram no sentido de que alguém sozinho, seja ele quem for, consegue usurpar a competência do Colegiado. Não, definitivamente não. Todos os Ministros, concordando ou discordando, participam das decisões do Colegiado. Por isso registro esse princípio da colegialidade e da união institucional do Tribunal em torno de suas regras internas e das regras do jogo democrático.

O segundo aspecto é que temos que pôr fim a esta lógica de backlash, de retaliação. O Supremo não faz isso, como os demais Poderes. O Supremo julga aquilo que a Constituição e a leis mandam, à luz de suas interpretações. Mas vemos, ao contrário, uma vulgarização da ideia de que o Supremo será emparedado ou intimidado por gritos, xingamentos e achincalhes. Além de ser inútil, acaba estimulando que pessoas, infelizmente desatinadas, se agreguem, por exemplo, na internet, para a perpetração de crimes. Por isso mesmo, aqueles que têm poder político têm mais responsabilidade com os destinos do debate público no Brasil.

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES:

Senhor Presidente, farei o encaminhamento de voto muito rapidamente, mas antes cumprimento Vossa Excelência e, nas pessoas do ministro Gilmar Mendes e da ministra Cármen Lúcia, a todos os Colegas, a Senhora Secretária da Sessão, os Senhores Advogados e os servidores.

Também quero endossar tudo o que foi dito sobre o lamentável episódio de ontem.

***O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN**:*

Presidente, agradeço a Vossa Excelência e peço licença para o cumprimentar e subscrever por inteiro a manifestação institucional que a Presidência fez na abertura da sessão de hoje bem como as palavras do nosso Decano, compartilhando integralmente das preocupações.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA:

Senhor Presidente, cumprimento Vossa Excelência, os Senhores Ministros, o Senhor Procurador-Geral da República, Advogados, todos que nos acompanham, Senhores Servidores.

Antes de votar, Presidente, como já foi reiterado pelos Pares que me antecederam, comungo integralmente de todas as palavras e me solidarizo não apenas com os Senhores Ministros e com Vossa Excelência, na Presidência, mas com todas as brasileiras e brasileiros democratas que não se põem de acordo com atos absolutamente contrários ao Direito.

Como disse hoje pela manhã no Tribunal Superior Eleitoral, nesta véspera em que se comemora a República, o que pretendemos é que, cada vez mais, a sociedade brasileira seja democraticamente republicana, para que a luz do melhor Direito impere, e não os atos que vimos acontecer ontem.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX:

Presidente, pela ordem.

No afã de agilizar a agenda de Vossa Excelência, esqueci de saudá-lo e de saudar nosso Decano pelas palavras.

Fica bem claro que homem-bomba não é um homem com ideologia, homem-bomba é um terrorista.

O SENHOR FLÁVIO JOSÉ ROMAN (ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO):

Excelentíssimo Senhor Ministro Edson Fachin, Excelentíssima Senhora Ministra Cármen Lúcia, Excelentíssimo Senhores Ministros aqui presencialmente e virtualmente, Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral, Doutor Paulo Gonet, colegas advogados, colegas servidores.

Infelizmente, inicialmente, gostaria de me solidarizar ao Supremo Tribunal Federal, em nome de toda a advocacia pública federal, em razão dos odiosos ataques sofridos.

O Ministro Jorge Messias, logo após o evento, já manifestou repúdio aos ataques e manifestou solidariedade aos Ministros e parlamentares.

Lembro que a Advocacia-Geral da União tem a capacidade institucional de representar judicialmente os Três Poderes da República, na forma do art. 131 da Constituição. Bem por isso de pronto não se esquivou de suas responsabilidades, como demonstra sua condução durante os eventos do dia 8 de janeiro. Também não tergiversará, mais uma vez, em responsabilizar administrativa e civilmente todos os envolvidos, bem como auxiliar, no limite de suas competências, as forças policiais e o Ministério Público Federal e do Distrito Federal.

Excelências, o ato de ontem não foi um ato isolado, foi um ato pensado. É momento de todos aqueles que executaram, planejaram e instigaram os atos serem responsabilizados. É momento de trazer os agentes políticos que ainda instigam esses atos à responsabilidade, para que parem imediatamente.

Excelência, apesar das contingências, é preciso seguir com a nossa democracia inabalada - fiz questão até de usar o bóton da oportunidade em que a Ministra Rosa Weber o utilizou.

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (VICE-PRESIDENTE):

Muito obrigado, Doutor Flávio José Roman, que falou pela Advocacia-Geral da União.

A Presidência agradece as palavras dirigidas por Vossa Senhoria a este Tribunal.

A SENHORA MARINA DE ARAÚJO LOPES (ADVOGADA):

Excelentíssimo Ministro Edson Fachin, Excelentíssima Ministra-Relatora, Excelentíssimos Ministros que compõem esta Corte, ilustre Procurador-Geral da República, boa tarde!

Inicialmente, também quero solidarizar-me ao ocorrido ontem, e faço, principalmente, na pessoa do Ministro Alexandre de Moraes.

Estava aqui ontem, saí um pouco antes, então sei o que poderia ter sido causado aqui. Ainda mais grave: a Corte estava cheia devido ao importantíssimo julgamento de ontem. Se não fosse a segurança desta Corte, realmente poderíamos estar lamentando ainda mais.

Solidarizo-me, então, mais uma vez.

***O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (VICE-PRESIDENTE)**:*

Muito obrigado a Vossa Senhoria, Doutora Marina de Araújo Lopes, a quem também, em nome da Presidência, agradeço as palavras dirigidas a este Tribunal, ademais de configurar um testemunho qualificado em que Vossa Senhoria declinou que aqui se encontrava no dia de ontem. De algum modo, portanto, esteve também presente às circunstâncias hoje referenciadas.

Muito obrigado!

Brasília, 11 de fevereiro de 2025.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Assessora-Chefe do Plenário

Este texto não substitui a publicação oficial.

Publicado no DJE/STF em 12/02/2025.